



Simulado Especial

# TCU

Auditor Federal De Controle Externo  
Pré-Edital

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCU**, cargo de **Auditor Federal de Controle Externo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hbATtwL94pAzNCsf7>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

*Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!*

<https://coruja.page.link/io5u>

---

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***1**

Chamo-me Simba Ukolo, sou africano, e sobrevivi ao fim do mundo. Se o fim do mundo quer dizer o aniquilamento absoluto da humanidade, haverá algum exagero na afirmação, pois escapou alguém, eu, Simba Ukolo, na ocorrência. Isso foi a primeira impressão, sozinho, na minha cidade natal. Terrível sensação de solidão e de perda, mas sobretudo uma tontura de incredulidade. Dava mesmo para acreditar em coisa mais absurda? Viria a descobrir depois, não era de fato o único, havia sobreviventes, embora talvez não fossem todas as pessoas mais desejáveis com quem partilhar os despojos de bilhões de humanos desaparecidos. Foi um quase fim do mundo, estive mesmo muito perto de o ser em absoluto, o apagamento total da raça humana, percebi mais tarde.

Mas vamos com calma, que essa ideia demora a entrar nas teimosas cabeças, como os avisados conselhos dos mais velhos aldeões aos jovens estouvados da cidade, ou o trabalho persistente da formiga salalé<sup>[1]</sup> erguendo as suas verticais cidades de terra vermelha. O fim do mundo não é um tema que se trate com ligeireza, apesar de ter entrado em todas as línguas desde aquele primeiro dilúvio que tornou famoso Noé e sua arca. Também saiu constantemente da boca de todos os trapaceiros que por este desgraçado planeta andaram, vendendo religiões de salvação ou poções para o evitar. O fim do mundo é assunto para ser tratado com delicadeza, prudência, reverente temor mesmo, pois implicou o óbito, ou melhor, o desaparecimento, de quase todos os seres vivos. A palavra desaparecimento, espero sinceramente, está aqui colocada com toda a propriedade, foi pensada e repensada, sopesada até em balança hipersensível, antes de ser escrita. Trata-se mesmo de desaparecimento, sumiço, eclipse, pois na realidade não sobrou nada deles, nem ossos, nem pelos ou unhas, nada. Presumo que nem os espíritos se aproveitaram, tão rápido e global terá sido o apagamento coletivo. Mas voltemos ao relato de como me apercebi de estar sozinho na terra natal.

(PEPETELA. **O quase fim do mundo**. São Paulo: Kapulana, 2019. p. 9.)

<sup>[1]</sup> salalé: espécie de cupim em Angola, conhecida pelas suas construções em argila, os "morros de salalé", que podem atingir três metros de altura e formar complexas galerias no subsolo.

1. Compreende-se no texto que, ao encontrar outros sobreviventes, o narrador

- a) se sentiu aliviado sem ressalvas, porque a descoberta dissipou a solidão e lhe trouxe conforto imediato.
- b) indicou que nem todos eram pessoas desejáveis para a convivência.
- c) afirmou que o desaparecimento da humanidade foi apenas parcial, e a sobrevivência de alguns já lhe bastava.
- d) deixou claro que preferia permanecer sozinho a partilhar os "despojos" com quem restou.
- e) expressou confiança nos demais sobreviventes, entendendo-os como companheiros legítimos

2. Infere-se do segundo parágrafo do texto que o narrador se apresenta como alguém que

- a) trata o fim do mundo de modo irreverente e descompromissado, considerando-o apenas uma metáfora literária.
- b) reconhece a gravidade do tema, comparando-o tanto à sabedoria tradicional quanto ao trabalho paciente da natureza.
- c) interpreta o desaparecimento da humanidade como resultado de uma punição divina, reafirmando a centralidade da narrativa bíblica.
- d) descreve a catástrofe em tom científico e técnico, sem envolver emoção ou reflexão subjetiva.
- e) manifesta plena confiança nas explicações religiosas de salvação, sugerindo que elas foram confirmadas pela tragédia



3. Segundo o autor, o fim do mundo deve ser tratado com cuidado porque

- a) consolidou-se como mito literário universal, repetido em diferentes línguas e culturas desde o dilúvio bíblico.
- b) descreve o processo natural de extinção da espécie humana, sem carregar implicações emocionais ou simbólicas.
- c) representa apenas uma metáfora coletiva criada por trapaceiros para vender religiões e ilusões de salvação.
- d) constitui tema corriqueiro, capaz de ser discutido com a mesma leveza dos conselhos dos mais velhos aldeões.
- e) envolve a experiência devastadora de quase total desaparecimento da vida, o que exige delicadeza e reverência

4. Considerando a tipologia predominante no texto de Pepetela, é correto afirmar que se trata de um texto

- a) predominantemente descritivo, pois detalha a forma como os conselhos dos mais velhos e a construção da formiga se apresentam na realidade concreta.
- b) predominantemente narrativo, já que organiza os fatos em uma sequência temporal e relata experiências vividas pelo narrador.
- c) predominantemente dissertativo-argumentativo, uma vez que explica o conceito de “fim do mundo” e sustenta a necessidade de tratá-lo com seriedade.
- d) predominantemente injuntivo, porque orienta o leitor a adotar prudência diante do tema, como um manual de conduta.
- e) predominantemente expositivo, dado que apresenta informações objetivas sobre a história do dilúvio, Noé e outras tradições

5. No trecho “partilhar os despojos de bilhões de humanos desaparecidos” (sexto período do primeiro parágrafo), a palavra “despojos” tem o sentido de

- a) restos materiais ou simbólicos deixados após a morte em massa da humanidade.
- b) ruínas arquitetônicas que permaneceram das cidades devastadas.
- c) despojos de guerra, ou seja, conquistas territoriais dos sobreviventes sobre os desaparecidos.
- d) recompensas recebidas como compensação divina pela resistência no quase fim do mundo.
- e) bens culturais preservados da tradição humana apesar da catástrofe

6. Em “Terrível sensação de solidão e de perda, mas sobretudo uma tontura de incredulidade” (primeiro parágrafo), o emprego da vírgula antes de “mas” é

- a) obrigatório, porque a conjunção “mas” sempre deve vir precedida de vírgula.
- b) incorreto, já que, em orações curtas, não se recomenda separar a conjunção “mas” por vírgula.
- c) facultativo, pois a pausa pode ser indicada ou não, dependendo do estilo do autor.
- d) obrigatória, porque introduz uma ideia contrastiva, funcionando como pausa sintática e rítmica.
- e) incorreta, porque rompe a ligação natural entre os dois termos coordenados, que deveriam estar unidos sem pausa

7. No primeiro período do segundo parágrafo, se substituíssemos “aos jovens estouvados” pela forma feminina “à jovens estouvadas”, o emprego do acento indicativo de crase seria

- a) correto, pois a fusão da preposição “a” com o artigo definido feminino “a” exige o uso do acento grave.
- b) incorreto, porque o substantivo “jovens” está no plural, e a crase só ocorre diante de palavras no singular.
- c) incorreto, uma vez que não há artigo definido antes de “jovens” no plural, mas apenas preposição exigida pelo termo “conselhos”.
- d) correto, já que, diante de adjetivos como “estouvadas”, o uso da crase é sempre obrigatório.
- e) facultativo, pois a ocorrência da crase diante de plural pode ser decidida pelo estilo do autor

8. No último período, o uso da forma enclítica “apercebi-me” seria

- a) correto, pois a ênclise é a colocação padrão em verbos no início de orações subordinadas.
- b) incorreto, porque há fator de atração no início da oração que exige a próclise.
- c) facultativo, já que tanto a próclise quanto a ênclise poderiam ser usadas, dependendo do estilo do autor.
- d) incorreto, porque o verbo está precedido da conjunção “mas”, o que impede o uso da ênclise.
- e) correto, pois a norma culta permite a ênclise em todos os verbos do pretérito, independentemente de fatores atrativos

9. No sexto período do primeiro parágrafo, exerce o papel de sujeito da forma verbal “fossem” o termo

- a) “bilhões”.
- b) “quem”.
- c) “pessoas”.
- d) “sobreviventes”.
- e) “humanos”

10. No segundo parágrafo, as formas “o” em “*para o evitar*” (terceiro período) e “deles” em “*sobrou nada deles*” (sexto período) referem-se, respectivamente, a

- a) “o fim do mundo” e “os trapaceiros”
- b) “o fim do mundo” e “os seres vivos”
- c) “as poções” e “os seres vivos”
- d) “as poções” e “os trapaceiros”
- e) “o fim do mundo” e “as poções”

## LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

Housing is as personal an issue as it gets. Homes are where we take refuge from the outside world, express ourselves, build relationships and families. To buy or rent a house is to project your aspirations and dreams on to bricks and mortar – can we see ourselves sitting outside in the sunshine on that patio? It can also be a deeply frustrating process – can we afford that house? For more and more of us, the answer is no.

Experienced at such an individual level, it's easy to think that rising costs are a problem particular to your community, city or country. But unaffordable house prices and rents are a continent-wide issue. According to the European Parliament, from 2015 to 2023, in absolute terms, house prices in the EU [rose by just under 50%](#) on average. From 2010 to 2022, rents rose by 18%.

As an editor, I wanted to know some of the stories behind these stats and, as a person who lives in a very expensive city (hello from London!), hear some solutions. I commissioned a range of housing experts to contribute to a series, [The housing crisis in Europe](#), describing what the situation looks like in some of Europe's most expensive cities.

[Agustín Cocola-Gant](#) writes about how changes to policy after the 2008 financial crisis encouraged wealthy foreigners to buy second homes or short-term rentals in Lisbon, pricing locals out of their city. Now some Portuguese families rent rooms, not flats.

In a reversal of roles, it's the newcomers who have it worse in Amsterdam, according to Amber Howard. Older, long-term residents live in secure and affordable social

housing while younger people and recent arrivals, often on lower incomes, are left to the costly and insecure private housing sector. While social housing stock has dropped over time, private stock has increased as politicians sought to encourage wealthier residents to move into the city.

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2025/jun/26/broken-housing-market-inequality-europe-far-right>

**11.** According to the text, the housing problem in Europe can be characterized as:

- a) A phenomenon exclusive to the most developed European capitals.
- b) An issue restricted to specific communities facing local economic problems.
- c) A continent-wide problem affecting several European Union countries.
- d) A temporary situation caused by the COVID-19 pandemic.
- e) A challenge limited only to cities with a strong tourism presence.

**12.** Between 2015 and 2023, house prices in the European Union:

- a) Decreased by approximately 50% due to economic policies.
- b) Remained stable with minimal variations across member states.
- c) Increased by nearly 50% on average in absolute terms.
- d) Rose by 18% while rents increased by 50%.
- e) Fluctuated unpredictably without a clear trend.

**13.** The author's motivation for commissioning the housing series was to:

- a) Prove that London has the worst housing crisis in Europe.
- b) Learn the narratives that statistics hide and listen to possible strategies.
- c) Criticize European Parliament policies on housing regulation.
- d) Compare housing prices exclusively between London and Lisbon.
- e) Demonstrate that housing issues are exaggerated by the media.

**14.** The housing situation in Amsterdam, as described by Amber Howard, represents:

- a) A typical scenario where older residents face worse housing conditions than newcomers.
- b) An equal distribution of affordable housing between all residents regardless of arrival time.
- c) A successful model where social housing stock has increased over time.
- d) A role reversal where newcomers have worse conditions than long-term residents.
- e) A crisis affecting only foreign workers and international students.

**15.** The author describes housing as "personal" because:

- a) It's in our homes that we find shelter from the outside world and express our identities.
- b) Only wealthy individuals can afford to purchase homes in Europe.
- c) Government policies have no impact on individual housing decisions.
- d) Each person has completely different housing needs from others.
- e) Housing choices are made independently without considering family needs.

**MATEMÁTICA FINANCEIRA***Eduardo Mocellin*

**16.** Um fundo de investimento A oferece um rendimento de  $\frac{1}{4}$  do saldo atual a cada período de capitalização. Um fundo de investimento B oferece um rendimento de  $\frac{1}{2}$  do saldo atual a cada período de capitalização, que é igual ao período de capitalização do fundo A. Os rendimentos são creditados ao final de cada período. Um investidor aplica um capital inicial  $C$  no fundo A e metade desse capital,  $\frac{C}{2}$ , no fundo B, e não faz retiradas durante o processo. Após um certo número  $n$  de períodos, o montante acumulado no fundo B supera o montante acumulado no fundo A. Quando isso ocorre, a diferença entre os montantes de B e A corresponde a uma fração do capital inicial  $C$  igual a:

- a)  $\frac{11}{32}$
- b)  $\frac{25}{64}$
- c)  $\frac{5}{8}$
- d)  $\frac{3}{16}$
- e)  $\frac{23}{256}$

**17.** Considere que um produto pode ser comprado à vista com 20% de desconto sobre o preço original ou em parcelas mensais iguais, sem juros, dividindo-se o preço original por 3, com a primeira parcela paga no ato da compra. O custo efetivo do dinheiro para quem compra a prazo é, aproximadamente:

Dado:  $\sqrt{660} \cong 25,7$

- a) 22,5%
- b) 25,0%
- c) 27,5%
- d) 30,0%
- e) 32,5%

**18.** José realizou uma aplicação em renda fixa durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2025 a uma taxa de 1% ao mês, com capitalização mensal. A inflação de janeiro, de fevereiro e de março de 2025 foram, respectivamente, 0,62%, 0,54% e 0,84%. Descontando-se os efeitos inflacionários do período, a aplicação realizada apresentou uma taxa real mensal equivalente  $i_r$  que pode ser corretamente representada por:

- a)  $i_r = \frac{1,01^3}{1,02} - 1$
- b)  $i_r = \frac{1,01}{1,02^{\frac{1}{3}}} - 1$
- c)  $i_r = \frac{1,01}{\frac{1,0062+1,0054+1,0084}{3}} - 1$
- d)  $i_r = \frac{1,01^3}{1,0062 \times 1,0054 \times 1,0084} - 1$
- e)  $i_r = \frac{1,01}{(1,0062 \times 1,0054 \times 1,0084)^{\frac{1}{3}}} - 1$

**19.** Um Auditor Federal de Controle Externo do TCU necessita calcular os juros relativos a uma multa aplicada a um ente federativo. Sabe-se que a taxa de juros nominal a ser cobrada é de 6% ao ano, com capitalização mensal. Considerando-se essa situação hipotética, taxa de juros anual efetiva que deve ser aplicada na multa é, aproximadamente:

Observação: se necessário, utilize a aproximação  $(1+i)^n \cong 1 + ni + \frac{n(n-1)}{2} i^2$ .

- a) 5,96%
- b) 6,00%
- c) 6,17%
- d) 6,24%
- e) 6,35%



20. Suponha um projeto cujo investimento inicial seja igual a R\$ 1.000, com prazo de três anos. Assuma que os fluxos de receita gerados ao final do primeiro, do segundo e do terceiro ano sejam, respectivamente, R\$ 500, R\$ 750 e R\$ 1.000. Considerando-se essa situação hipotética, sendo  $x = 1 + \frac{i}{100}$ , a taxa interna de retorno do projeto, de  $i\%$  ao ano, pode ser obtida por meio da seguinte equação:

- a)  $x^3 - \frac{x^2}{2} - \frac{3x}{4} - 1 = 0$
- b)  $x^3 - \frac{3x^2}{4} - \frac{x}{2} - 1 = 0$
- c)  $x^3 - \frac{x^2}{2} - \frac{3x}{4} + 1 = 0$
- d)  $x^3 - \frac{3x^2}{4} - \frac{x}{2} + 1 = 0$
- e)  $x^3 - \frac{3x^2}{2} - \frac{3x}{4} + 1 = 0$

## CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. Considerando as disposições da Declaração de Lima, marque a opção correta. Ao julgar, considere que EFS significa Entidade Fiscalizadora Superior.

- a) O controle prévio tem a vantagem de diminuir o volume de trabalho e identificar adequadamente as responsabilidades previstas no direito público.
- b) A auditoria realizada por uma EFS não pode determinar o ressarcimento por prejuízos provocados ou prevenir novas ocorrências de violações.
- c) Toda EFS deve realizar controle prévio, independentemente da situação jurídica de cada país.
- d) O controle prévio realizado por uma EFS tem a vantagem de poder impedir prejuízos antes de sua ocorrência.
- e) Se houver um controle prévio bem instituído, a EFS não será encarregada dos procedimentos de auditoria.

22. Joana é servidora do Tribunal de Contas do Estado e foi orientada a elaborar um trabalho sobre os princípios de *accountability* e transparência, constantes nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores. O objetivo do trabalho era propor medidas internas ou legislativas para a plena adoção das recomendações da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – Intosai.

Após terminar os seus estudos, Joana concluiu corretamente que:

- a) para não comprometer os princípios de *accountability* e transparência, as EFS não devem adotar contratos de atividades terceirizadas.
- b) as demonstrações financeiras das EFS são divulgadas e estão sujeitas à auditoria externa independente ou análise parlamentar.
- c) considerando que a auditoria tem um valor democrático, transcendendo o mero controle dos recursos públicos, as EFS devem evitar utilizar indicadores de resultados para avaliar o valor do trabalho de auditoria para o Legislativo, para os cidadãos e para outras partes interessadas.
- d) as EFS tornam públicas as suas conclusões e recomendações resultantes das auditorias, não se admitindo que tais informações sejam consideradas confidenciais por leis e regulamentos especiais.
- e) em virtude de sua autonomia em relação ao Legislativo, as EFS devem evitar um forte relacionamento com as comissões parlamentares relevantes.

**23.** Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) o Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal, desde que os efeitos sejam *erga omnes* e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública Federal.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.
- d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.
- e) se imprescindível para o exercício do controle externo, o Tribunal de Contas poderá afastar normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional, seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

**24.** Sobre as contas do chefe do Poder Executivo, marque a alternativa correta.

- a) Não compete ao Tribunal de Contas julgar as contas de gestão dos prefeitos municipais.
- b) A inércia do Tribunal de Contas estadual em emitir parecer prévio dentro do prazo constitucionalmente estipulado não impede o Poder Legislativo de julgar as contas do chefe do Poder Executivo local.
- c) O parecer prévio é peça técnica de natureza opinativa para as contas do Presidente da República e vinculante para as contas dos prefeitos municipais.
- d) Caso a Câmara Municipal tenha a intenção de julgar irregular as contas do prefeito municipal, a

deliberação exigirá o quórum qualificado de dois terços dos seus membros.

- e) O Tribunal de Contas da União não deverá conceder o contraditório e ampla defesa na apreciação das contas do Presidente da República, uma vez que o parecer prévio tem caráter meramente opinativo.

**25.** Sobre a quitação e o parcelamento do débito imputado pelo TCU, pode-se afirmar que:

- a) admite-se o parcelamento do débito somente quando comprovada boa-fé na conduta do responsável.
- b) a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor.
- c) será admitido o parcelamento, ainda que o processo já tenha sido remetido para a cobrança judicial.
- d) o pagamento integral do débito ou da multa importará em modificação do julgamento quanto à irregularidade das contas.
- e) o parcelamento não poderá ser realizado em qualquer fase do processo, uma vez que somente será admitido até o vencimento do prazo fixado na citação para a apresentação das alegações de defesa ou realização do recolhimento da importância devida.

**26. Considere as seguintes situações hipotéticas:**

- I. Em processo de monitoramento, o TCU reafirmou a necessidade de implementação de determinações exaradas em processo de julgamento das contas ordinárias do responsável.
- II. O Ministério Público junto ao TCU entendeu que a deliberação decorrente de anterior oposição de embargos de declaração apresentava omissão sobre determinado ponto objeto de questionamento.
- III. Após identificação de dano ao erário em processo de fiscalização, o Tribunal determinou a conversão do processo em tomada de contas especial, determinando também a realização da citação dos responsáveis.

Sobre os recursos, pode-se afirmar que:

- a) na primeira hipótese, será cabível a apresentação de pedido de reexame.
- b) na segunda hipótese, o Ministério Público junto ao TCU não poderia opor novos embargos de declaração, uma vez que não são conhecidos recursos de mesma espécie.
- c) contra a conversão do processo em tomada de contas especial caberá a apresentação de recurso de reconsideração.
- d) no primeiro, caberia a apresentação de recurso de reconsideração; no segundo, somente os embargos de declaração; e, no terceiro, o pedido de reexame.
- e) no primeiro caso, somente seria possível recorrer se houvesse aplicação de sanção ou rediscussão do mérito.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***Rodrigo Rennó*

- 27.** Políticas públicas podem ser classificadas em diversos tipos, conforme a natureza dos seus efeitos na coletividade. De acordo com a concepção apresentada por Theodore Lowi, uma política distributiva caracteriza-se por:

- a) Impor ônus específicos a setores minoritários e conceder benefícios amplos à maioria.
- b) Distribuir benefícios de forma concentrada, geralmente sem contestações acentuadas.
- c) Limitar comportamentos de grupos ou indivíduos por meio de regulamentações rígidas.
- d) Concentrar custos em um grupo restrito e conceder benefícios para outro grupo específico, gerando conflitos intensos.
- e) Conceder subsídios exclusivamente para governos subnacionais, visando equidade regional.

**28.** Segundo a Teoria dos Múltiplos Fluxos (Multiple Streams Framework), de John W. Kingdon, para que um tema entre efetivamente na agenda governamental, é necessária a convergência de três fluxos distintos: fluxo de problemas, fluxo de políticas e fluxo da política (problem stream, policy stream e politics stream, respectivamente). Assinale a alternativa que melhor descreve o fluxo de políticas (policy stream):

- a) É o fluxo em que grupos de interesses apresentam reivindicações ao governo, sem qualquer mediação técnica ou política.
- b) É o conjunto de soluções e alternativas desenvolvidas por comunidades epistêmicas, especialistas e formuladores, esperando a oportunidade para serem aplicadas.
- c) É a dinâmica das disputas eleitorais, que priorizam a viabilidade de candidatos comprometidos com políticas populares.
- d) É o processo de monitoramento de indicadores para detectar problemas, sem sugerir soluções específicas.
- e) Corresponde ao fluxo no qual as autoridades decidem, de maneira unilateral, qual o assunto prioritário.

**29.** Entre os mecanismos participativos de gestão pública, as conferências de políticas públicas se distinguem dos conselhos principalmente porque:

- a) As conferências são permanentes, reunindo-se semanalmente, ao passo que os conselhos se reúnem apenas uma vez ao ano.
- b) As conferências são eventos pontuais e amplos, abertos a diversos segmentos sociais, enquanto os conselhos têm atuação contínua, com membros que representam setores específicos.
- c) Nos conselhos não há poder de deliberação, ao contrário das conferências, que sempre têm caráter vinculante.
- d) As conferências substituem a figura do gestor público, ao passo que os conselhos são apenas consultivos.
- e) As conferências demandam aprovação do Poder Judiciário para serem realizadas, pois tratam de direitos fundamentais.

**30.** Sobre a avaliação ex ante de políticas públicas, pode-se afirmar:

- a) Analisa o impacto real após a política ter sido plenamente implementada.
- b) Ocorre durante a execução, permitindo correções em tempo real.
- c) Equivale à avaliação ex post, apenas usando dados estimados.
- d) É um procedimento que antecipa possíveis resultados, custos e riscos, auxiliando na decisão se a política deve ou não ser adotada.
- e) Substitui completamente a necessidade de monitoramento posterior, pois suas previsões são irrefutáveis.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Nelma Fontana*

**31.** Analise os seguintes itens:

- I- Para que haja a recepção de uma determinada lei por nova Constituição, ela deverá, tão somente: ser vigente; ser material e formalmente compatível com o novo texto constitucional.
- II- No Brasil, caso não haja cláusula especial para determinar a data de sua vigência, a Constituição produzirá efeitos imediatos.
- III- A repristinação se dá quando uma norma é revogada tem sua vigência restabelecida.

Está correto aquilo que se afirma nos itens:

- a) Nenhum dos itens.
- b) Todos os itens.
- c) I e II.
- d) II apenas.
- e) II e III.

**32.** Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), regularmente instalada no âmbito do Senado Federal, investigava denúncias de desvio de verbas públicas envolvendo contratos administrativos firmados por determinado órgão da Administração Pública Federal. Durante os trabalhos da Comissão, foram solicitadas diversas diligências, como quebra de sigilos, requisições de documentos e intimações de testemunhas. O presidente da CPI deliberou monocraticamente sobre a quebra de sigilo bancário de investigado, alegando urgência no andamento dos trabalhos.

À luz do sistema constitucional brasileiro e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta

- a) A CPI pode, excepcionalmente, decretar medidas cautelares de natureza civil ou penal, desde que relacionadas ao objeto da investigação.
- b) É válida a decisão monocrática do presidente da CPI quando houver urgência e risco de perecimento da prova.
- c) A CPI pode determinar a condução coercitiva de investigado que injustificadamente se recusar a depor.
- d) A CPI pode determinar busca e apreensão domiciliar, desde que autorizada pela maioria absoluta de seus membros.
- e) A quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico somente pode ser determinada por deliberação colegiada da CPI, observada a motivação e a maioria absoluta de seus membros.

**33.** Em um processo penal em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado X, o Procurador de Justiça interpôs recurso contra acórdão, mesmo após verificar que o Promotor de Justiça de primeiro grau já havia se manifestado de maneira totalmente favorável à decisão recorrida. A defesa alegou que tal conduta violaria o princípio da coerência institucional do Ministério Público, requerendo o indeferimento do recurso.

Considerando os princípios constitucionais aplicáveis ao Ministério Público, assinale a alternativa correta

- a) O recurso deve ser indeferido, pois o princípio da unidade impede que haja manifestação contraditória entre membros do mesmo Ministério Público.
- b) A atuação do Procurador de Justiça viola a indivisibilidade do Ministério Público, já que o órgão não pode se manifestar de forma distinta em diferentes graus de jurisdição.
- c) A atuação do Procurador de Justiça está em conformidade com o princípio da independência funcional, que assegura autonomia a cada membro no exercício de suas atribuições.
- d) O princípio da unidade impede que o Ministério Público atue de forma fracionada, o que inviabiliza a interposição de recurso por membro hierarquicamente superior.
- e) A manifestação do Promotor de Justiça vincula os demais membros da instituição nos demais graus de jurisdição, sendo vedada a interposição de recurso pelo Procurador de Justiça.



**34.** Durante o julgamento de um processo em tribunal, o relator suscitou a inconstitucionalidade de um dispositivo legal e o órgão fracionário do tribunal, por maioria simples, afastou a aplicação da norma ao caso concreto, sem submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial.

À luz do sistema de controle de constitucionalidade previsto na CF/1988, é correto afirmar que o órgão julgador

- a) agiu corretamente, pois qualquer órgão judicial pode afastar a aplicação de norma inconstitucional em controle difuso, independentemente da instância.
- b) agiu incorretamente, pois mesmo no controle difuso, a declaração de inconstitucionalidade por tribunal exige o voto da maioria simples do órgão fracionário.
- c) agiu corretamente, pois a cláusula de reserva de plenário só se aplica ao controle concentrado de constitucionalidade.
- d) agiu incorretamente, pois violou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que órgão fracionário de tribunal não pode afastar a aplicação de norma por inconstitucionalidade sem submeter a questão ao Plenário ou órgão especial.
- e) agiu corretamente, pois não houve declaração expressa de inconstitucionalidade, mas apenas o afastamento da norma ao caso concreto, o que dispensa a reserva de plenário.

**35.** Durante o trâmite de um processo judicial que discutia diversos aspectos constitucionais, o relator analisou cinco diferentes situações jurídicas: a prescritibilidade da cobrança de valores indevidamente pagos com base em decisões do Tribunal de Contas; a possibilidade de promulgação parcial de projeto de lei pelo Executivo antes da deliberação do Legislativo sobre os vetos; a recepção constitucional de norma infralegal que estabelece requisitos para ingresso nas Forças Armadas; a continuidade de vigência de medidas provisórias após nova emenda constitucional; e a possibilidade de o Legislativo propor aumento de despesas em projetos de iniciativa do Executivo.

Com base nas teses fixadas pelo STF e na sistemática do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta

- a) É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada exclusivamente em decisão de Tribunal de Contas que constata irregularidade na concessão de aposentadoria.
- b) É válida a promulgação, pelo Chefe do Executivo, da parte do projeto de lei não vetada, mesmo antes de o Congresso Nacional se manifestar sobre os vetos, desde que se trate de trecho incontroverso.
- c) São válidas normas infralegais editadas pelo Comando das Forças Armadas para definir critérios de acesso à carreira militar, inclusive os relativos à idade mínima e máxima, quando baseadas em regulamentos militares anteriores à Constituição de 1988.
- d) As medidas provisórias editadas sob a égide de emenda constitucional revogada continuam vigentes até que lei posterior disponha em sentido contrário, independentemente de novo regramento pela emenda atual.
- e) É possível que o Congresso, por meio de emendas parlamentares, proponha aumento de despesa em projeto de iniciativa do Executivo, desde que respeitado um limite percentual e mantida a estimativa inicial de impacto financeiro.

**36.** João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.
- b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.
- c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.
- d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.
- e) A Constituição Federal não admite hipóteses de declaração de perda da nacionalidade, ainda que haja pedido expresso.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Antônio Daud*

**37.** O Tribunal de Contas da União (TCU), ao analisar um contrato administrativo para a prestação de serviços de limpeza, verificou que o prazo de vigência foi fixado em 6 anos. A administração do órgão contratante justificou o prazo alegando que se trata de um serviço de natureza contínua. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, em contratos de serviços contínuos, a vigência:

- a) pode ser de até 5 anos, prorrogáveis uma única vez por mais 5 anos, totalizando 10 anos.
- b) é limitada a 48 meses, incluindo eventuais prorrogações.
- c) pode ser de até 5 anos, podendo ser prorrogada por sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas, limitada a 10 anos.
- d) é limitada ao exercício financeiro, admitindo-se prorrogações até o limite de 60 meses.
- e) pode ser de até 10 anos, desde que previsto no edital e atestada a vantajosidade a cada prorrogação.

**38.** A empresa “Construtora Alfa Ltda.”, após vencer uma licitação para a construção de uma rodovia federal, foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública por um ato do Ministro de Estado da Infraestrutura. Inconformada, a empresa alega que a sanção é desproporcional. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a competência para declaração de inidoneidade e o prazo da sanção estão corretamente descritos em:

- a) a competência é exclusiva do Presidente da República, e a sanção terá duração máxima de 2 anos.
- b) a competência é exclusiva dos Ministros de Estado, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Federal, e a sanção terá duração mínima de 3 anos e máxima de 6 anos.
- c) a competência é exclusiva do Advogado-Geral da União, e a sanção terá duração máxima de 5 anos.
- d) a competência é exclusiva dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União, e dos Secretários Estaduais e Municipais, e a sanção terá duração mínima de 3 anos e máxima de 6 anos.
- e) a competência é exclusiva dos Ministros de Estado, dos Secretários Estaduais e Municipais e, no âmbito do Poder Judiciário, dos Presidentes dos Tribunais, e a sanção terá duração máxima de 3 anos.

**39.** Uma concessão de serviço público de saneamento básico foi extinta pelo advento do termo contratual. Ao final do contrato, a concessionária possuía diversos ativos, como estações de tratamento e redes de distribuição, que foram utilizados na prestação do serviço. Segundo a Lei nº 8.987/1995, com a extinção da concessão:

- a) os bens reversíveis serão indenizados pelo valor de mercado, e os bens não reversíveis serão revertidos ao poder concedente sem indenização.
- b) todos os bens da concessionária, reversíveis ou não, retornam ao poder concedente, que deverá indenizar a concessionária pelo valor residual de todos eles.

c) os bens reversíveis retornam ao poder concedente e serão indenizados pelas parcelas dos investimentos ainda não amortizadas ou depreciadas.

d) os bens reversíveis são incorporados imediatamente ao patrimônio do poder concedente, sem qualquer direito à indenização.

e) a concessionária tem o direito de reter todos os bens até que o poder concedente pague a indenização correspondente ao valor contábil dos ativos.

**40.** Uma lei municipal, posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede controle concentrado, proibiu a construção de edifícios em determinada área da cidade. Durante a vigência da lei, a Construtora “Prédio Certo S.A.” foi impedida de iniciar uma obra para a qual já possuía alvará, sofrendo prejuízos financeiros. Após a declaração de inconstitucionalidade, a construtora ajuizou ação de indenização contra o Município. Com base na jurisprudência do STF, a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos:

- a) é sempre cabível, pois a promulgação de lei inconstitucional é um ato ilícito que gera dever de indenizar.
- b) é incabível em qualquer hipótese, em razão da soberania do Poder Legislativo e da generalidade e abstração das leis.
- c) é cabível, em caráter excepcional, quando se tratar de leis de efeitos concretos ou quando a inconstitucionalidade da lei for declarada e dela decorrer um dano específico e anormal a um particular.
- d) é objetiva, bastando a comprovação do dano e do nexo causal com a vigência da lei inconstitucional.
- e) depende da comprovação de dolo ou fraude na elaboração da lei por parte dos parlamentares.

**41.** Um cidadão, ao tomar conhecimento de irregularidades na aplicação de verbas federais da saúde em seu município, deseja exercer o controle social. Ele protocolou um pedido junto à prefeitura, solicitando cópia dos contratos e notas fiscais relacionadas aos gastos. A prefeitura negou o acesso, alegando que o solicitante não demonstrou interesse jurídico direto. Conforme a Constituição Federal, no que tange ao controle da Administração Pública:

- a) qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades perante o Tribunal de Contas da União, mas não tem direito de acesso direto aos documentos da prefeitura.
- b) o acesso a informações públicas é garantido a todos, independentemente de motivação, devendo ser prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.
- c) apenas partidos políticos, associações ou sindicatos podem denunciar irregularidades, não sendo o cidadão, individualmente, parte legítima.
- d) o cidadão só pode acessar tais informações se comprovar que é para a defesa de direito próprio ou para o esclarecimento de situação de interesse pessoal.
- e) a denúncia de irregularidades ao Tribunal de Contas só pode ser feita por Deputados ou Senadores.

## DIREITO CIVIL

*Cadu Carrilho*

**42.** Antonio vive uma vida boa, é um servidor público diligente e amigo de seus companheiros de trabalho. Entretanto, sua vida privada fora do trabalho acontece com muitos problemas. A respeito dos direitos da personalidade, marque a correta:

- a) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida de lesão a direito da personalidade o cônjuge sobrevivente, ou qualquer

parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

- b) Pode-se exigir que cesse a lesão, mas não a ameaça, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- c) É válida, com objetivo científico, comercial ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, sendo que o ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
- d) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, desde que haja intenção difamatória. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
- e) Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.

**43.** João quer vender um imóvel que possui. Sabendo que o terreno está com problemas ambientais sérios (área contaminada), ele oculta essa informação e até falsifica um laudo. José, confiando nas informações e documentos apresentados, compra o imóvel por um valor de mercado. Meses depois, ao tentar aprovar um projeto de construção, Maria descobre que o terreno está embargado pela prefeitura. Nessa situação, o negócio jurídico celebrado pode ser invalidado por:

- a) lesão.
- b) fraude contra credores.
- c) estado de perigo.
- d) dolo.
- e) erro.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL***Ricardo Torques*

**44.** O Código de Processo Civil se ocupa de diversas normas sobre a jurisdição e a ação. Sobre tais aspectos, analise as afirmativas a seguir.

I – Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.

II – Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

III – É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, apenas.

**45.** Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca da coisa julgada, assinale a alternativa correta.

- a) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito e sujeita a recurso.
- b) Os motivos, desde que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, fazem coisa julgada.
- c) A sentença faz coisa julgada entre as partes, podendo prejudicar terceiros.
- d) É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.
- e) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.

**SISTEMA NORMATIVO ANTICORRUPÇÃO***Antônio Pequeno*

**46.** Quanto aos crimes contra a Administração Pública, marque a alternativa correta sobre o crime concussão:

- a) Quanto ao sujeito ativo, é um crime comum.
- b) É um crime que cabe na forma dolosa e culposa.
- c) É um crime material quanto ao resultado.
- d) O crime se consuma com a exigência, independente do recebimento da vantagem indevida.
- e) Traz a mesma conduta do crime de corrupção passiva.

**47.** Quanto à Lei de Organização Criminosa, Lei nº 12.850/2013, marque a alternativa correta:

- a) O crime de Organização criminosa é um crime monossubjetivo.
- b) O conceito de organização criminosa não é previsto na Lei 12.850/2013.
- c) Caso um servidor seja condenado pela prática de organização criminosa perderá o cargo de forma automática.
- d) O crime de Organização criminosa só pode ser configurado se a intenção dos agentes for de obtenção de vantagem econômica
- e) A participação de criança ou adolescente na organização criminosa não aumenta a pena.



**48.** De acordo com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), marque a alternativa incorreta:

- a) A lei dispõe sobre a responsabilização subjetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
- b) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- c) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- d) A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no art. 2º da lei.
- e) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

**49.** De acordo com a doutrina, marque a ordem correta das fases da Lavagem de capitais:

- a) Integração, colocação e dissimulação.
- b) Integração, dissimulação e colocação.
- c) Dissimulação, integração e colocação.
- d) Colocação, dissimulação e a integração.
- e) Colocação, integração e dissimulação.

**50.** De acordo com a Convenção de Mérida, Decreto nº 5.687/2006, marque a alternativa correta que não é uma política ou prática de prevenção da corrupção.

- a) Cada Estado Parte, de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, formulará e aplicará ou manterá em vigor políticas coordenadas e eficazes contra a corrupção que promovam a participação da sociedade e reflitam os princípios do Estado de Direito, a devida gestão dos assuntos e bens públicos, a integridade, a transparência e a obrigação de render contas.
- b) Cada Estado Parte procurará estabelecer e fomentar práticas eficazes encaminhadas a prevenir a corrupção.
- c) Cada Estado Parte procurará avaliar periodicamente os instrumentos jurídicos e as medidas administrativas pertinentes a fim de determinar se são adequadas para combater a corrupção.
- d) Os Estados Partes, segundo procede e de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, colaborarão entre si e com as organizações internacionais e regionais pertinentes na promoção e formulação das medidas mencionadas no presente Artigo. Essa colaboração poderá compreender a participação em programas e projetos internacionais destinados a prevenir a corrupção.
- e) Estabelecerá um amplo regimento interno de regulamentação e supervisão dos bancos e das instituições financeiras não-bancárias, incluídas as pessoas físicas ou jurídicas que prestem serviços oficiais ou oficiosos de transferência de dinheiro ou valores e, quando proceder, outros órgãos situados dentro de sua jurisdição que sejam particularmente suspeitos de utilização para a lavagem de dinheiro, a fim de prevenir e detectar todas as formas de lavagem de dinheiro, e em tal regimento há de se apoiar fortemente nos requisitos relativos à identificação do cliente e, quando proceder, do beneficiário final, ao estabelecimento de registros e à denúncia das transações suspeitas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****ESTATÍSTICA***Carlos Henrique*

**51.** A probabilidade de Jônatas ir ao aniversário do jogador Repley é de 0,6, e a probabilidade de Monique ir ao casamento do jogador Repley é de 0,5. A probabilidade condicional de Jônatas ir ao aniversário do jogador, dado que Monique irá ao aniversário do jogador, é de 0,7. Assim, a probabilidade de que Jônatas vá ao aniversário OU Monique vá ao aniversário é de:

- a) 40%
- b) 60%
- c) 70%
- d) 72%
- e) 75%

**52.** Monalisa janta diariamente em casa. A comida é feita de forma aleatória por uma das três pessoas que moram com ela:

- 1) 40% das vezes o jantar é feito por sua avó Paula;
- 2) 40% das vezes pela sua prima Ivone;
- 3) 20% das vezes pela sua outra prima Monique;
- 4) Vovó Paula faz estrogonofe para o jantar 10% das vezes;
- 5) Ivone o faz em 5% das vezes;
- 6) Monique 20% das vezes.

Como de costume, em uma noite qualquer, Monalisa chega a casa e verifica que o jantar é estrogonofe. A probabilidade de que esse jantar tenha sido feito por Ivone é igual a

- a) 0,10.
- b) 0,20.
- c) 0,25.
- d) 0,30.
- e) 0,32.

**53.** No escritório de CH, uma estante contém 10 livros de Álgebra e 10 livros de Geometria. Se dois livros são retirados aleatoriamente da estante, sem reposição, a probabilidade de se retirar dois livros de matérias diferentes é igual a

- a)  $\frac{6}{19}$ .
- b)  $\frac{11}{19}$ .
- c)  $\frac{5}{19}$ .
- d)  $\frac{10}{19}$ .
- e)  $\frac{7}{19}$ .

**54.** Seja  $Q$  uma variável aleatória normalmente distribuída com média 2000 e variância 900, então a variável aleatória  $P = 8Q - 2000$  também tem distribuição normal. Pode-se concluir que a média e o desvio padrão da variável  $P$  são respectivamente iguais a:

- a) 700 e 80.
- b) 700 e 100.
- c) 14000 e 480.
- d) 14000 e 360.
- e) 14000 e 240.

O ENUNCIADO A SEGUIR REFERE-SE ÀS QUESTÕES 55, 56 E 57.

Em certa cidade, a probabilidade  $p$  de um aluno tirar boas notas é igual a 0,25. Essa estimativa foi obtida com base em um levantamento por amostragem aleatória simples de 1.875 alunos.

Adote que  $P(Z > 2) = 0,025$ , em que  $Z$  representa a distribuição normal padrão.

**55.** Em um grupo formado aleatoriamente por 5 alunos, com reposição, estima-se que a probabilidade de que apenas um deles tire boas notas é igual a

- a) 360/1024.
- b) 405/1024.
- c) 480/1024.
- d) 540/1024.
- e) 600/1024.

**56.** Seja uma distribuição binomial com parâmetros  $n = 500$  e probabilidade de sucesso  $p$ . Pode-se afirmar que a estimativa da variância vale:

- a) 90,35
- b) 91,25
- c) 93,75
- d) 97,75
- e) 98,45

**57.** A estimativa intervalar de 95% de confiança do parâmetro populacional  $p$  possui amplitude igual a:

- a) 0,02
- b) 0,04
- c) 0,06
- d) 0,08
- e) 1,0

## ANÁLISE DE DADOS

*Emannuelle Gouveia*

**58.** Em relação à estrutura, organização e uso de dados no contexto atual, assinale a alternativa correta.

- a) Dados estruturados são compostos por informações em formato fixo e tabelar, como registros em SGBDs relacionais, enquanto dados não estruturados incluem textos, imagens, áudios e vídeos.
- b) Dados abertos são conjuntos de informações disponibilizados apenas em formato proprietário, geralmente restrito a softwares pagos.
- c) O tratamento de dados corresponde exclusivamente ao processo de coleta, não abrangendo etapas como limpeza, integração e transformação.
- d) A visualização de dados é uma etapa opcional e sem relevância no processo analítico, pois não auxilia na interpretação dos resultados.
- e) O armazenamento de dados não estruturados só pode ser feito em bancos de dados relacionais, uma vez que estes são universais para qualquer tipo de dado.

**59.** O elemento básico utilizado para identificar um registro único em uma tabela é:

- a) Índice.
- b) View.
- c) Chave estrangeira.
- d) Chave primária.
- e) Chave Composta.

**60.** No processo de geração de relatórios gerenciais a partir de dados armazenados em um banco de dados relacional, a analista Helena está criando diversas consultas SQL complexas. Como essas consultas precisam ser reutilizadas em vários relatórios e acessadas como se fossem tabelas, ela decide criar uma estrutura que represente o resultado dessas consultas de forma reutilizável e simplificada. Em um banco de dados relacional, para criar uma estrutura que represente uma consulta como uma tabela virtual reutilizável, Helena deve implementar um(a):

- a) VIEW
- b) INDEX
- c) TRIGGER
- d) PROCEDURE
- e) TABLESPACE

**61.** Tomando por base a tabela Funcionarios abaixo:

id_func	nome	departamento
1	Ana	Vendas
2	Bruno	TI
3	Carla	RH
4	Diego	Vendas
5	Elisa	Marketing
6	Fabio	TI

Ao executarmos a query:

```
SELECT nome  
FROM Funcionarios  
WHERE departamento NOT IN ('TI', 'RH');
```

O que essa consulta retornará:

- a) Todos os funcionários que pertencem aos departamentos TI e RH.
- b) Todos os funcionários que não estão nos departamentos TI e RH.
- c) Os nomes dos departamentos excluídos do banco.
- d) Um erro, pois NOT IN não pode ser usado com strings.
- e) Nenhum resultado, pois NOT IN exige subconsulta.

**62.** O código abaixo cria três tabelas em um banco de dados relacional:

```
CREATE TABLE Tenista (  
    tid INTEGER PRIMARY KEY,  
    nome VARCHAR(100),  
    idade INTEGER);  
  
CREATE TABLE Quadras (  
    qid INTEGER PRIMARY KEY,  
    nome VARCHAR(50),  
    modelo VARCHAR(50));  
  
CREATE TABLE Reservas (  
    tid INTEGER,  
    qid INTEGER,  
    data DATE,  
    PRIMARY KEY (tid, qid),  
    FOREIGN KEY (tid) REFERENCES Tenista(tid),  
    FOREIGN KEY (qid) REFERENCES Quadras(qid));
```

As tabelas armazenam respectivamente: os tenistas cadastrados, as quadras existentes e as reservas feitas pelos tenistas para uso das quadras.

Considerando as tabelas acima, a seguinte consulta foi realizada:

```
SELECT T.nome FROM Tenista T  
WHERE NOT EXISTS (  
    (SELECT Q.qid FROM Quadras Q)  
    EXCEPT  
    (SELECT R.qid FROM Reservas R  
     WHERE R.tid = T.tid));
```

O retorno da consulta foi os nomes

- a) dos tenistas que possuem reservas para todas as quadras.
- b) das quadras que não possuem reservas.
- c) dos tenistas que não possuem reservas.
- d) dos tenistas que possuem reserva para mais de uma quadra.
- e) das quadras que possuem reservas feitas por todos os tenistas.

**63.** Marque, das alternativas abaixo, a cláusula JOIN que retorna todos os registros quando há uma correspondência na tabela da esquerda ou da direita.

- a) LEFT JOIN.
- b) FULL OUTER JOIN.
- c) RIGHT JOIN.
- d) SELF JOIN.
- e) INNER JOIN.

**64.** Maria, que está realizando uma manutenção em alguns dados no Banco de Dados, inadvertidamente executou um comando em SQL que apagou todos os dados de uma determinada tabela e também a estrutura da mesma. Nesse caso, podemos afirmar que Maria usou o comando:

- a) DROP TABLE seguido do nome da tabela.
- b) TRUNCATE TABLE seguido do nome da tabela.
- c) DELETE ALL seguido do nome da tabela.
- d) DELETE \* seguido do nome da tabela.
- e) UPDATE seguido do nome da tabela.

**65.** “Os efeitos de uma transação em caso de sucesso devem persistir no banco de dados, mesmo em casos de quedas de energia, travamentos ou erros”. Essa é a descrição de uma característica da transação chamada:

- a) Durabilidade.
- b) Atomicidade.
- c) Consistência.
- d) Isolamento.
- e) Variabilidade.

**66.** A modelagem dimensional é amplamente utilizada em projetos de Data Warehousing. Sobre seu conceito, assinale a alternativa correta:

- a) A modelagem dimensional é utilizada exclusivamente em bancos de dados transacionais, com foco em normalização e eliminação de redundâncias.
- b) O modelo dimensional é caracterizado pela organização dos dados em entidades altamente normalizadas, visando consistência em operações OLTP.
- c) A modelagem dimensional organiza os dados em tabelas fato e tabelas dimensão, facilitando a análise e a tomada de decisão em ambientes OLAP.
- d) A principal finalidade da modelagem dimensional é garantir o isolamento completo entre dados de diferentes áreas de negócio, impedindo análises integradas.
- e) A modelagem dimensional elimina a necessidade de processos de ETL, já que os dados são carregados diretamente em tabelas normalizadas.

**67.** Analise as alternativas a seguir e marque a correta

- a) A ingestão de dados funciona apenas para dados em lote.
- b) A ingestão de dados funciona apenas para dados em streaming.
- c) A ingestão de dados em lote é útil quando os dados são sensíveis ao tempo.
- d) A ingestão de dados em streaming deve ser adotada em intervalos agendados e de forma recorrente.
- e) A ingestão de dados pode absorver dados de diversas fontes e transferi-los para uma base onde podem ser depositados e analisados.



**68.** Na prática da modelagem dimensional, diferentes esquemas são utilizados para estruturar os dados em Data Warehouses. Sobre essas aplicações, assinale a alternativa correta:

- a) O esquema estrela compromete a simplicidade do modelo, pois exige a normalização completa das tabelas de dimensão.
- b) O esquema floco de neve é indicado quando se busca desempenho máximo em consultas analíticas, já que reduz a complexidade dos relacionamentos.
- c) Ambos os esquemas estrela e floco de neve dispensam o uso de tabelas fato, pois estas são substituídas por dimensões altamente detalhadas.
- d) A modelagem dimensional é restrita ao esquema estrela, não havendo variações estruturais possíveis para atender diferentes cenários.
- e) O esquema estrela privilegia consultas simples e de alto desempenho, enquanto o floco de neve é usado quando há necessidade de normalização parcial das dimensões.

**69.** Sobre técnicas de aprendizado de máquina, assinale a alternativa correta.

- a) O agrupamento (clustering) é um método supervisionado que depende de rótulos previamente definidos para separar os dados em classes conhecidas.
- b) A classificação é uma técnica não supervisionada, usada para organizar dados em grupos sem a necessidade de categorias previamente estabelecidas.
- c) A detecção de anomalias busca identificar padrões que se desviam significativamente do comportamento esperado nos dados, sendo útil em áreas como segurança da informação e análise de fraudes.
- d) O clustering não pode ser aplicado em grandes volumes de dados, pois é restrito a pequenos conjuntos em memória.
- e) A classificação não permite prever categorias para novos exemplos, servindo apenas para analisar dados já existentes.

**70.** Das letras abaixo, marque aquela que não pode ser considerada uma vantagem da aquisição de uma solução de arquitetura de nuvem.

- a) ausência de elasticidade na oferta e consumo de insumos.
- b) independência de plataforma de hardware e de software.
- c) diminuição de custos com a aquisição de licenças de software.
- d) facilidade de atualização.
- e) facilidade de troca de informações corporativas.

**71.** “Combina técnicas de estatística, mineração de dados e aprendizagem de máquina (Machine Learning) para encontrar significado em grandes quantidades de dados, trabalhando com probabilidades, entre outros para antecipar comportamentos futuros com base em eventos passados. Responde à pergunta: “O que vai acontecer?”

Essa é a definição da análise:

- a) diagnóstica.
- b) prescritiva.
- c) preditiva.
- d) descritiva.
- e) explanatória.

**72.** Em ciência de dados, diferentes tipos de aprendizado de máquina são empregados de acordo com a natureza do problema e a disponibilidade de rótulos nos dados. Assinale a alternativa correta:

- a) O aprendizado supervisionado é utilizado quando não há rótulos nos dados, agrupando registros com base em similaridades.
- b) O aprendizado não supervisionado exige a presença de variáveis-alvo, sendo indicado para prever valores de saída.
- c) O aprendizado por reforço é empregado em análise de cestas de compras, descobrindo itens que costumam ocorrer juntos em transações.
- d) O aprendizado supervisionado aplica-se tanto a problemas de classificação quanto de regressão, com base em exemplos rotulados.
- e) O aprendizado por reforço é restrito a tarefas de regressão linear simples, pois depende de variáveis contínuas.

**73.** Dos gráficos abaixo, marque aquele que é mais utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo.

- a) Pizza.
- b) Barra.
- c) Coluna.
- d) De Dispersão.
- e) De Linha.

**74.** Das letras abaixo, marque aquela que não representa uma característica de um banco orientado a Chave-Valor

- a) Sem esquema.
- b) rápido tempo de resposta.
- c) uso de arestas.
- d) Escalabilidade e disponibilidade.
- e) Fácil de usar.

**75.** A detecção de anomalias é uma tarefa recorrente em mineração de dados e aprendizado de máquina, aplicada em diversos domínios. Assinale a alternativa correta:

- a) A detecção de anomalias só pode ser realizada em dados categóricos, pois valores numéricos não permitem identificar desvios significativos.
- b) Técnicas de detecção de anomalias são restritas a algoritmos supervisionados, uma vez que sempre exigem exemplos rotulados de anomalias.
- c) O uso de métricas estatísticas, como desvio-padrão e intervalo interquartil, pode auxiliar na identificação de valores atípicos em variáveis numéricas.
- d) A análise de anomalias é utilizada apenas em bancos de dados financeiros, não sendo aplicável a outros setores.
- e) A detecção de anomalias não se aplica a séries temporais, já que estas apresentam variação natural ao longo do tempo.

---

### AUDITORIA GOVERNAMENTAL

*Tonyvan Carvalho*

**76.** Durante uma auditoria operacional em programa de saúde preventiva, a equipe identificou que as metas de atendimento foram atingidas, mas os indicadores de impacto (redução da taxa de doenças) não apresentaram evolução significativa. Nesse caso, o aspecto de desempenho mais adequado a ser considerado é:

- a) Economicidade, pois os recursos foram aplicados dentro do custo previsto.
  - b) Eficiência, pois a relação entre insumos e produtos foi satisfatória.
  - c) Eficácia, pois as metas de atendimento foram cumpridas.
  - d) Efetividade, pois o foco é verificar impactos de longo prazo.
  - e) Equidade, pois a análise se concentra na distribuição dos recursos por grupos sociais.
-

**77.** A respeito da materialidade na auditoria operacional, segundo o Manual de Auditoria Operacional do TCU (2020):

- a) Deve ser fixada em percentual uniforme sobre a despesa total do objeto auditado.
- b) É um conceito restrito à auditoria financeira, não aplicável em auditorias operacionais.
- c) Serve para determinar se as questões, achados e recomendações são significativos o bastante para influenciar conclusões ou decisões.
- d) Corresponde ao risco de auditoria, sendo ambos sinônimos.
- e) Refere-se exclusivamente a valores monetários, não podendo envolver aspectos qualitativos.

**78.** Nas Normas de Auditoria do TCU (NAT, 2020), a documentação da auditoria deve:

- a) Ser classificada em achados positivos e negativos.
- b) Ser elaborada de modo a permitir a compreensão do trabalho realizado, das evidências obtidas e das conclusões alcançadas.
- c) Ser composta apenas de registros financeiros, excluídos registros eletrônicos como gravações de entrevistas.
- d) Ser dispensada quando houver relatório detalhado.
- e) Ser arquivada apenas em meio físico, em respeito à formalidade processual.

**79.** Conforme os princípios fundamentais da auditoria pública, assinale a alternativa correta sobre os objetivos de cada tipo de auditoria:

- a) A auditoria operacional é voltada ao exame de conformidade de atos e contratos administrativos.
- b) A auditoria financeira busca examinar se políticas públicas alcançaram seus impactos sociais.
- c) A auditoria de conformidade avalia se as atividades, transações e informações observam normas legais e regulatórias.
- d) A auditoria operacional deve avaliar a economicidade, mas não pode avaliar a efetividade.
- e) A auditoria financeira examina a economicidade da gestão, não a fidedignidade das demonstrações.

**80.** A matriz de planejamento de auditoria, segundo o Manual de Auditoria Operacional (MAO/TCU), contém os seguintes elementos centrais:

- a) Objetivo da auditoria, achados, causa, efeito e recomendação.
- b) Questões de auditoria, critérios, informações necessárias, fontes e procedimentos.
- c) Questões de auditoria, objetivos estratégicos, relatórios anteriores e recomendações.
- d) Objetivos estratégicos, riscos da gestão, cronograma e responsáveis.
- e) Critérios de auditoria, achados preliminares, análise de risco e plano de monitoramento.

**81.** Durante uma auditoria em contratos de prestação de serviços de TI, a equipe decidiu confirmar junto aos fornecedores os termos contratuais (prazos, condições de entrega, cláusulas financeiras). Esse procedimento é classificado como:

- a) Inspeção física.
  - b) Confirmação externa.
  - c) Reexecução.
  - d) Procedimento analítico.
  - e) Entrevista estruturada.
-

**82.** Sobre os três tipos de auditoria definidos pela ISSAI 100, assinale a afirmativa correta:

- a) A auditoria de conformidade restringe-se à verificação de observância das leis orçamentárias e fiscais.
- b) A auditoria operacional deve sempre englobar simultaneamente as dimensões de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.
- c) A auditoria financeira avalia a fidedignidade das demonstrações e pode ser realizada com base nas normas internacionais (ISA), adaptadas ao setor público.
- d) A auditoria de conformidade, por natureza sancionatória, não pode ser combinada com auditoria operacional.
- e) A auditoria operacional equivale à auditoria de legalidade, pois ambas tratam da observância estrita de leis e regulamentos.

## CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO

*Gilmar Possati*

**83.** O Balanço Patrimonial (BP) é uma das principais demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, apresentando a posição financeira e patrimonial da entidade em determinada data. Sua estrutura é dividida em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

De acordo com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e o MCASP, assinale a opção correta sobre a classificação e apresentação de elementos no Balanço Patrimonial de uma entidade do setor público:

- a) Os créditos a receber de impostos, como IPTU e ISS, com vencimento nos próximos 12 meses, devem ser classificados como Ativo Não Circulante, dada a natureza recorrente desses tributos.
- b) Os valores recebidos antecipadamente para projetos com condições ainda não cumpridas devem ser apresentados como Passivo Circulante, sob a rubrica de "Receita Diferida",

independentemente do prazo esperado para cumprimento das condições.

- c) As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa, restritas a uso específico por força de lei ou convênio, devem ser apresentadas separadamente das disponibilidades de livre movimentação no Ativo Circulante.
- d) O Patrimônio Líquido das entidades do setor público é composto exclusivamente por capital social e reservas de lucros, refletindo a mesma estrutura das entidades privadas.
- e) Os bens de uso especial, como ruas, praças e parques, embora essenciais para a prestação de serviços públicos, não são reconhecidos no Balanço Patrimonial por não gerarem fluxo de caixa direto.

**84.** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é estruturado de forma a permitir a consolidação das contas públicas e a geração de informações para diversas finalidades. Uma de suas características é a organização em Classes, Grupos, Contas e Subcontas. Sobre as Classes do PCASP e sua aplicação, assinale a opção INCORRETA:

- a) A Classe 1 (Ativo) e a Classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) são utilizadas para a elaboração do Balanço Patrimonial, evidenciando a situação financeira e patrimonial da entidade.
- b) A Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) e a Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) são as classes primárias para a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).
- c) O balanço financeiro utiliza todas as classes de contas em sua estruturação.
- d) As Classes 7 e 8 foram criadas para atender às exigências do setor privado adaptadas à contabilidade pública, visando comparações de desempenho.
- e) A Classe 6 (Controle da Execução do Orçamento) é destinada ao registro da execução orçamentária, permitindo o acompanhamento das receitas previstas versus realizadas e das despesas fixadas versus executadas.

**85.** O Município Audazes dos Pampas iniciou em 2024 dois projetos importantes para aprimorar a gestão e a prestação de serviços públicos:

**1. Desenvolvimento de Sistema de Gestão Integrada:** Os custos associados foram: licença de software adquirida (R\$ 500.000), serviços de personalização do software por equipe externa para adequação às especificidades municipais (R\$ 200.000), treinamento dos usuários do sistema (R\$ 50.000) e taxa de manutenção anual do software (R\$ 30.000). A vida útil estimada do software é de 8 anos.

**2. Construção de Novo Hospital Público:** Os custos incorridos até a conclusão foram: demolição do antigo prédio existente no terreno para preparar o local (R\$ 100.000), custos de construção da nova estrutura (R\$ 5.000.000), juros capitalizados sobre financiamento contraído especificamente para a obra, incorridos durante o período de construção (R\$ 150.000), e custos administrativos gerais da prefeitura que foram alocados ao projeto (R\$ 80.000). O hospital foi concluído e colocado em operação em 31/12/2024. A vida útil estimada é de 40 anos. O hospital utiliza o tratamento alternativo dos custos dos empréstimos.

De acordo com as diretrizes das NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, NBC TSP 08 – Ativo Intangível e NBC TSP 14 – Custos dos Empréstimos, qual o valor de reconhecimento inicial para o software e para o hospital, respectivamente, no Balanço Patrimonial do Município Audazes dos Pampas ao final de 2024?

- a) Software: R\$ 750.000; Hospital: R\$ 5.250.000.
- b) Software: R\$ 700.000; Hospital: R\$ 5.250.000.
- c) Software: R\$ 700.000; Hospital: R\$ 5.100.000.
- d) Software: R\$ 750.000; Hospital: R\$ 5.100.000.
- e) Software: R\$ 500.000; Hospital: R\$ 5.000.000.

**86.** O Estado Audazes do Sul, ao final do exercício de 2024, está avaliando diversas situações jurídicas em curso para fins de reconhecimento e divulgação em suas demonstrações contábeis.

**1. Processo Judicial A:** Uma ação de indenização contra o Estado, onde os advogados do tesouro estimam uma probabilidade de perda de 85% e o valor da indenização, caso a perda se concretize, foi estimado em R\$ 2.000.000, com base em casos anteriores similares.

**2. Processo Judicial B:** Uma ação movida por um ex-servidor, onde os advogados consideram a probabilidade de perda do Estado como possível, mas não provável. O valor em discussão é de R\$ 500.000.

**3. Processo Judicial C:** Uma ação movida pelo Estado para recuperação de créditos tributários, onde o Departamento Jurídico considera a probabilidade de ganho como praticamente certa, e o valor a ser recuperado é de R\$ 1.000.000.

**4. Processo Judicial D:** Uma ação movida pelo Estado para recebimento de multa por quebra de contrato, onde a probabilidade de ganho é provável, mas não praticamente certa. O valor da multa é de R\$ 300.000.

Com base na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que indica corretamente como o Estado Audazes do Sul deve tratar essas situações em suas demonstrações contábeis de 2024:

- a) Processo A: Reconhecer uma provisão de R\$ 2.000.000. Processo B: Divulgar como passivo contingente. Processo C: Reconhecer um ativo de R\$ 1.000.000. Processo D: Divulgar como ativo contingente.
- b) Processo A: Reconhecer uma provisão de R\$ 2.000.000. Processo B: Divulgar como passivo contingente. Processo C: Reconhecer um ativo contingente de R\$ 1.000.000. Processo D: Não divulgar nem reconhecer.
- c) Processo A: Reconhecer uma provisão de R\$ 2.000.000. Processo B: Não reconhecer nem divulgar. Processo C: Reconhecer um ativo de R\$ 1.000.000. Processo D: Não reconhecer nem divulgar.



- d) Processo A: Divulgar como passivo contingente. Processo B: Não reconhecer nem divulgar. Processo C: Reconhecer um ativo de R\$ 1.000.000. Processo D: Divulgar como ativo contingente.
- e) Processo A: Reconhecer uma provisão de R\$ 2.000.000. Processo B: Divulgar como passivo contingente. Processo C: Não reconhecer nem divulgar. Processo D: Divulgar como ativo contingente.

**87.** A Companhia de Saneamento do Estado Azul (CSAE), uma empresa pública dependente do Estado, possui um sistema de tratamento de água (Ativo Imobilizado) registrado em seu Balanço Patrimonial pelo valor contábil líquido de R\$ 8.000.000 em 31/12/2023. Devido a uma nova legislação ambiental mais rigorosa, que exige investimentos adicionais significativos para que o sistema continue em operação, a CSAE realizou um teste de recuperabilidade.

As seguintes estimativas foram apuradas:

- **Valor em Uso:** A gerência estima que o valor presente dos fluxos de caixa futuros que o ativo é capaz de gerar é de R\$ 7.200.000.
- **Valor Justo Líquido de Despesas de Venda:** O valor de venda do sistema em um mercado ativo, deduzido dos custos de venda, foi estimado em R\$ 7.500.000.

Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), qual o valor que a CSAE deverá registrar como perda por redução ao valor recuperável para o sistema de tratamento de água e o efeito no Balanço Patrimonial em 31/12/2023?

- a) Perda de R\$ 800.000, e o valor contábil líquido do ativo será ajustado para R\$ 7.200.000.
- b) Perda de R\$ 500.000, e o valor contábil líquido do ativo será ajustado para R\$ 7.500.000.
- c) Perda de R\$ 800.000, e o valor contábil líquido do ativo permanecerá em R\$ 8.000.000, com a perda sendo divulgada apenas em notas explicativas.
- d) Perda de R\$ 500.000, e o valor contábil líquido do ativo será ajustado para R\$ 7.500.000, mas essa

perda será reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sem afetar o resultado do período.

- e) Nenhuma perda deverá ser reconhecida, pois o valor contábil líquido de R\$ 8.000.000 é superior a ambos os valores estimados, o que indica que o ativo é recuperável.

## ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

*Silvio Sande*

Observe o balanço patrimonial a seguir e responda as questões **88** e **89**.

Ativo Circulante	R\$	Passivo Circulante	R\$
Bancos	500	Fornecedores	800
Duplicatas a Receber	1.000	Salários a pagar	700
Estoque	1.200	Empréstimos	500
Despesas Antecipadas	600		
Ativo Não Circulante		Passivo não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	1.500	Financiamentos longo Prazo	- 1.000
Investimentos	2.000	<b>Patrimônio Líquido</b>	
Imobilizado	2.200	Capital Social	6.000
Intangível	1.000	Reservas de lucro	1.000
<b>Total Ativo</b>	<b>10.000</b>	<b>Total Passivo e PL</b>	<b>10.000</b>

**88.** O Índice de Liquidez Seca é igual a

- a) 1,75  
b) 1,50  
c) 1,35  
d) 1,05  
e) 0,75

**89.** O índice de endividamento geral é igual a

- a) 0,30  
b) 0,64  
c) 0,50  
d) 0,60  
e) 0,70

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E  
ORÇAMENTÁRIA***Gabriela Zavadinack*

90. Durante o processo de elaboração do orçamento de 2026, o Governo do Estado X constatou que, devido a uma crise fiscal gerada pela queda nas receitas tributárias, seria necessário realizar ajustes na **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, com ênfase na redução de custos e no realinhamento de prioridades de execução orçamentária. Considerando o cenário descrito e as normas constitucionais que regem a matéria, assinale a alternativa que apresenta a forma adequada de proceder na revisão e adequação do instrumento de planejamento orçamentário do Estado:

- a) O Poder Executivo apenas poderia reduzir despesas com subsídios, subvenções e benefícios financeiros, não sendo possível limitar gastos relativos a indenizações e restituições por perdas econômicas.
- b) O Poder Executivo deve realizar a revisão da LOA com a possibilidade de aumentar as despesas com subsídios e benefícios financeiros, desde que a revisão não impacte o limite de endividamento previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) O Poder Executivo deve manter a LOA inalterada, mas pode realizar ajustes nas metas do PPA para redirecionar as prioridades de gastos, sem necessidade de modificar a execução orçamentária.
- d) O Poder Executivo pode reduzir ou limitar as despesas com a concessão de subsídios, subvenções e benefícios financeiros durante a execução do orçamento, desde que observado o ato jurídico perfeito.
- e) O Poder Executivo deve aumentar os gastos com benefícios de natureza financeira, com o objetivo de estimular a recuperação econômica do Estado.

91. A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a função de estabelecer as metas e prioridades para o ano seguinte, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre o papel da LDO no processo de planejamento orçamentário:

- a) A LDO deverá dispor sobre metas relativas aos programas de duração continuada.
- b) No caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá, também, quadro o demonstrativo do cálculo da meta do resultado primário, que evidencie os principais agregados de receitas e despesas, os resultados e as estimativas para o exercício a que se refere a lei de diretrizes orçamentárias e para os subsequentes.
- c) O Anexo de Metas Fiscais da LDO deverá apresentar as metas de inflação para o exercício subsequente.
- d) Um Estado da Federação poderá cogitar incluir no seu Anexo de Metas Fiscais a apresentação do efeito esperado e a compatibilidade, no período de 10 (dez) anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública.
- e) A LDO poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

**92.** A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao estabelecer normas para a gestão fiscal responsável no Brasil, dedica especial atenção ao controle do endividamento público, tanto no âmbito da União quanto nos entes subnacionais. A LRF impõe limites rigorosos para a dívida pública e determina a necessidade de transparência e equilíbrio fiscal, buscando garantir que o endividamento não comprometa a capacidade de pagamento e a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Considerando as disposições da LRF acerca da dívida e do endividamento, assinale a alternativa correta:

- a) Não poderá haver alteração da finalidade de operação de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios sem a necessidade de nova verificação pelo Ministério da Economia.
- b) É permitida a operação de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação com o objetivo de financiar despesas correntes destinadas a custear a estruturação de projetos.
- c) Instituição financeira controlada não poderá adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.
- d) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 20% no primeiro.
- e) O refinanciamento da dívida mobiliária pode ser definido como a contratação de operações de crédito para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

**93.** O Município de São Pedro do Sul recebeu, em 2025, receitas provenientes de ICMS e IPVA. No entanto, a administração municipal resolveu vincular uma parte dessa receita para custear a construção de um novo estádio municipal. No caso, um advogado especializado em Direito Tributário foi chamado para analisar a legalidade da referida vinculação. Ele destacou o princípio da não afetação da receita de impostos e explicou que existem restrições para a vinculação das receitas tributárias conforme a Constituição Federal. Com base nas normas constitucionais sobre a matéria, assinale a alternativa que descreve corretamente a situação:

- a) O Município pode vincular as receitas de ICMS e IPVA para a construção de um estádio municipal, pois a Constituição permite a vinculação dessas receitas a projetos de infraestrutura, desde que aprovados em lei específica.
- b) O Município de São Pedro do Sul pode vincular as receitas de ICMS e IPVA à construção do estádio, desde que seja realizada uma autorização pelo Governo do Estado, conforme regulado pela Constituição Federal.
- c) O Município pode vincular as receitas de ICMS e IPVA a qualquer tipo de despesa municipal, incluindo obras de infraestrutura, desde que respeitado o limite de 30% das receitas anuais.
- d) O Município não pode vincular as receitas de ICMS e IPVA para a construção de um estádio municipal, pois tais impostos já possuem destinação vinculada a ações de saúde, conforme determinação constitucional.
- e) O Município não pode vincular as receitas de ICMS e IPVA para a construção de um estádio municipal, mas poderia utilizar os referidos valores para prestar contragarantia à União em um empréstimo por ela garantido, com vistas a financiar o estádio.

**94.** Diferentemente das emendas tradicionais, que dependem da discricionariedade do Executivo para sua execução, as emendas impositivas têm a obrigatoriedade de serem atendidas, garantindo a implementação das propostas aprovadas pelos parlamentares no orçamento anual. Esse mecanismo visa a aumentar a participação dos representantes populares na definição de prioridades orçamentárias, proporcionando maior autonomia aos legisladores e maior proximidade com as necessidades de suas bases eleitorais. Sobre a temática, e com fundamento nos ditames da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 210/2024, assinale a alternativa correta:

- a) É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, no montante de até 2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.
- b) Quando a transferência obrigatória da União para a execução da programação das emendas impositivas for destinada aos entes subnacionais, o ente federativo destinatário deverá comprovar sua adimplência com a União para poder receber os recursos.
- c) Os recursos da União repassados aos demais entes por meio de transferências especiais ficam sujeitos à apreciação do Tribunal de Contas da União, nos termos de seu regimento interno.
- d) Em caso de frustração da receita que não permita atingir os resultados fiscais, as emendas impositivas não poderão ser objeto de limitação de empenho, dado o seu caráter obrigatório.
- e) Os recursos transferidos para execução de emendas individuais impositivas integram a receita do ente federado beneficiado para fins de cálculo de despesa com pessoal e de endividamento.

**95.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, se a despesa total com pessoal de Poder ou órgão ultrapassar os limites máximos ali definidos,

- a) o excesso poderá ser eliminado por meio da redução, em pelo menos vinte por cento, das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.
- b) o percentual excedente terá de ser eliminado nos três quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.
- c) suspende-se a aplicação das vedações relativas ao limite prudencial e inicia-se o prazo para eliminação do excesso.
- d) poderá haver a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, para fins de retorno ao limite.
- e) aplica-se imediatamente a vedação de recebimento de transferências voluntárias até que haja o retorno ao limite.

**96.** A Lei nº 4.320/64 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. De acordo com a referida lei:

- a) Classificam-se como despesas de custeio as dotações destinadas a atender a adaptação de bens móveis.
- b) A aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, é classificada como investimento.
- c) A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções sociais.
- d) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, classificam-se como inversões financeiras.
- e) Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais corresponda, necessariamente, contraprestação direta em bens ou serviços.

**ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO***Amanda Aires*

**97.** O cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) envolve diferentes óticas (produção, renda e despesa) e apresenta problemas de mensuração que podem comprometer comparações intertemporais e internacionais.

Assinale a alternativa correta:

- a) O PIB a preços de mercado difere do PIB a custo de fatores apenas pela dedução dos subsídios, sem considerar impostos indiretos.
- b) O uso do deflator do PIB resolve integralmente os problemas de comparação intertemporal, pois elimina efeitos de mudanças na qualidade dos bens.
- c) O PIB real, obtido pela ótica da produção, pode ser subestimado em economias com elevado peso do setor de serviços, dado o desafio de mensuração da produtividade.
- d) O PIB nominal, quando convertido em dólares pela taxa de câmbio de mercado, é sempre superior ao PIB medido em Paridade do Poder de Compra (PPC).
- e) O cálculo do PIB pela ótica da despesa inclui exportações líquidas, mas não contempla a variação de estoques, que é tratada apenas na ótica da produção.

**98.** No modelo keynesiano aberto, com taxa de câmbio flutuante e perfeita mobilidade de capitais, o efeito do gasto público sobre o produto pode ser diferente do previsto no modelo fechado.

Assinale a alternativa correta:

- a) O aumento dos gastos do governo eleva o produto no curto prazo, mas o efeito pode ser neutralizado pela apreciação cambial decorrente do aumento da taxa de juros doméstica.
- b) O gasto público, em regime de câmbio flutuante, é mais eficaz do que em câmbio fixo, pois não há restrição externa.

c) A expansão fiscal eleva o produto sem afetar a taxa de câmbio, pois os fluxos de capitais ajustam apenas o mercado monetário.

d) Em regime de câmbio flutuante, a política fiscal é neutra sobre o produto, uma vez que o ajuste cambial ocorre de imediato e integralmente.

e) Em câmbio flutuante, a eficácia da política fiscal depende exclusivamente da elasticidade da demanda por moeda.

**99.** A regulação econômica busca corrigir falhas de mercado em setores estratégicos. Nos monopólios naturais, as alternativas de regulação tarifária apresentam diferentes incentivos e riscos.

Assinale a alternativa correta:

- a) O regime de preço-teto pode induzir ganhos de eficiência, mas também risco de redução de qualidade, já que a empresa busca cortar custos para aumentar margens.
- b) A tarifação por custo de serviço garante eficiência alocativa, pois o preço é definido pelo ponto em que o custo marginal se iguala à receita marginal.
- c) A regulação por incentivos elimina a assimetria de informação entre regulador e empresa, pois transfere integralmente o risco para o consumidor.
- d) A tarifação por custo de serviço estimula a empresa a reduzir custos, dado que ela retém os ganhos de eficiência obtidos.
- e) O modelo de price-cap (preço-teto) é equivalente à regulação por taxa de retorno, pois ambos asseguram remuneração fixa ao capital investido.

**100.** Externalidades, bens públicos e assimetrias de informação justificam a atuação regulatória. Sobre esses conceitos, assinale a alternativa correta:

- a) Um bem público puro caracteriza-se por ser não-rival e não-excludente, mas pode ser precificado via mecanismo de “club goods”, resolvendo integralmente o problema do carona.
  - b) A seleção adversa ocorre quando o agente, após firmar contrato, altera seu comportamento, explorando a assimetria informacional em prejuízo da outra parte.
  - c) O perigo moral pode ser mitigado por contratos que alinhem incentivos, como franquias ou coparticipação, reduzindo comportamentos oportunistas.
  - d) Externalidades negativas de consumo, como o tabagismo, não afetam o equilíbrio de mercado, mas justificam regulação por motivos de saúde pública.
  - e) A provisão privada de bens públicos é sempre inviável, razão pela qual o Estado deve fornecê-los em 100% das situações.
-



## **Discursiva 1 (Conhecimentos Gerais)**

A responsabilidade civil do Estado é um dos pilares do Direito Administrativo e envolve a análise das situações em que a Administração deve reparar danos causados a terceiros. Esse instituto está relacionado à teoria adotada pelo ordenamento jurídico, aos requisitos de sua configuração e ao alcance do direito de regresso contra o agente público, pontos que ensejam a reflexão sobre fundamentos constitucionais e suas consequências práticas.

Acerca desse tema, responda aos seguintes tópicos:

- a) Informe a teoria aplicada ao direito brasileiro. Além disso, informe quais os requisitos da responsabilidade civil;
  - b) Discorra sobre a possibilidade de exercício do direito de regresso pela Administração Pública.
-

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## **Discursiva 2 (Conhecimentos Gerais)**

Acerca da criação/extinção de Tribunais de Contas, responda, com base nas leis e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, aos seguintes questionamentos:

- a) Apresente três diferenças entre o Tribunais de Contas dos municípios e os Tribunais de Contas do município.
- b) É possível a criação de Tribunais de Contas DO MUNICÍPIO?
- c) É possível a criação/extinção dos Tribunais de Contas DOS MUNICÍPIOS?

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

### **Discursiva 3 (Conhecimentos Específicos)**

Admita que, no início do exercício de 2023, o Estado constatou queda expressiva das receitas tributárias em relação ao valor projetado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Diante desse quadro, verificou-se que as dotações — despesas de pessoal, custeio e investimentos, inclusive os previstos no Plano Plurianual (PPA) — não teriam cobertura integral. Além disso, ao final de 2022, foram emitidos empenhos sem a correspondente liquidação, gerando elevado saldo de restos a pagar.

Com base na Constituição Federal, na Lei nº 4.320/1964 e na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), responda:

- a) Indique e descreva o instrumento aplicável, no âmbito da execução orçamentária e financeira, para compatibilizar as despesas da LOA à frustração (ou risco de frustração) das receitas estimadas.
- b) Considerando a possibilidade de alienação de ativos para reforço de arrecadação ao longo do exercício, é admissível utilizar tal medida para cobrir despesas de custeio e de investimento do mesmo exercício?
- c) Os restos a pagar inscritos em 2022 podem ser utilizados para a cobertura de despesas previstas e/ou geradas em 2023?

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



## Discursiva 4 (Conhecimentos Específicos)

Os processos de ETL (Extração, Transformação e Carga) são fundamentais para a construção e manutenção de data warehouses, que são usados para apoiar a tomada de decisão nas organizações. O ETL envolve a extração de dados de várias fontes, sua transformação em um formato adequado e a carga no data warehouse. Este processo garante que os dados estejam limpos, consistentes e prontos para análise. Além disso, conceitos como Master Data Management (MDM) e Data Virtualization desempenham papéis cruciais na gestão centralizada e eficiente dos dados.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca dos processos de ETL e gestão de dados em data warehousing, abordando ou explicando, necessariamente, os seguintes pontos:

- Descreva as etapas do processo de ETL e a importância de cada uma para garantir a integridade e qualidade dos dados.
- Explique o conceito de Master Data Management (MDM) e como ele contribui para a consistência e precisão dos dados mestres em uma organização.
- Discuta a técnica de Data Virtualization e seus benefícios para a integração e análise de dados de várias fontes heterogêneas.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Peça Técnica

Considere que, em uma auditoria realizada na Secretaria X do governo federal, o TCU tenha apurado os fatos apresentados a seguir, que constam no Processo n.º 04/2021:

- A Secretaria X possui 10 unidades distribuídas em determinada unidade federativa com a finalidade de facilitar o atendimento de demandas da respectiva comunidade. Para auxiliar seus servidores na realização de trabalhos externos, conta com frota própria de veículos;
- Em janeiro de 2018, o órgão realizou o credenciamento de 25 empresas, por inexigibilidade de licitação, para a realização da manutenção dos veículos de sua frota e de reparos em caso de sinistros. Os serviços são prestados sob demanda, com autorização prévia da Secretaria, e as respectivas notas fiscais são encaminhadas pelas empresas em um tempo médio de uma semana;
- A análise da previsão e da execução financeira e orçamentária, incluindo despesas de exercícios anteriores, **referentes aos citados serviços**, permitiu levantar os seguintes dados:

EXERCÍCIO	DOTAÇÃO INICIAL E CRÉDITOS ADICIONAIS	LIQUIDADO	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
<b>2018</b>	2.000.000,00	1.960.000,00	-
<b>2019</b>	2.000.000,00	1.940.000,00	540.000,00
<b>2020</b>	2.100.000,00	2.070.000,00	610.000,00
<b>2021</b>	2.250.000,00	2.200.000,00	630.000,00

- O titular da Secretaria X no período de 1º/1/2018 a 31/12/2021 informou que, como os serviços são realizados sob demanda, isso dificulta o planejamento orçamentário. Em consequência, desde 2018, os valores das notas fiscais têm atingido o total das dotações disponíveis em meados de outubro de cada ano. Assim, a fim de não comprometer os serviços prestados pela Secretaria à comunidade, afirmou que as empresas têm mantido a execução contratual e recebido integralmente os valores pendentes por meio de despesas de exercícios anteriores – DEA, nos respectivos anos imediatamente subsequentes;
- Durante a auditoria, após análise dos dados registrados em sistema informatizado de monitoramento dos veículos da Secretaria, foram identificados cinco casos de automóveis que diariamente faziam o percurso de ida e volta de unidades do órgão para locais fixos fora dos limites definidos. Os deslocamentos ocorriam sempre em horários coincidentes com o início e o fim do expediente. O cotejo com informações do cadastro funcional dos servidores que utilizavam os veículos indicou que os locais correspondem aos respectivos endereços residenciais registrados. Uma vez que não havia respaldo legal para esse tipo de utilização, calculou-se prejuízo aproximado de R\$ 150.000,00 apenas com o combustível utilizado nos traslados;

- O titular da Secretaria afirmou que o controle do uso dos veículos é realizado por cada unidade do órgão e que as situações apuradas não haviam sido levadas ao seu conhecimento.

Com base na situação hipotética apresentada acima, redija, uma peça de natureza técnica que analise a legalidade dos procedimentos adotados pela referida Secretaria. Na condição de auditor de controle externo, proponha encaminhamentos.

---

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Folha de Resposta**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---